



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 14ª REGIÃO  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

---

## **ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **SOLUÇÃO DE GESTÃO DE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA**

**Processo Administrativo n.º 4316/2021**

Porto Velho, Dezembro de 2024

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>3</b>
<b>1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</b> .....	<b>3</b>
<b>2. REQUISITOS MÍNIMOS DA SOLUÇÃO</b> .....	<b>4</b>
2.1. Requisitos de Negócio (RN) identificados.....	4
2.2. Requisitos Tecnológicos.....	4
2.3. Outros Requisitos (OR).....	4
<b>3. SOLUÇÕES IDENTIFICADAS</b> .....	<b>4</b>
<b>4. AVALIAÇÃO DAS SOLUÇÕES</b> .....	<b>5</b>
4.1. Solução 1: Desenvolvimento local de sistema para gestão de consignações.....	6
4.2. Solução 2: Software de gestão de consignações em nuvem (SaaS).....	6
4.3. Solução 3: Gestão manual de consignações.....	7
4.4. Análise das soluções conforme guia de contratações do CNJ.....	8
4.5. Solução de TIC a ser contratada.....	8
4.6. Estimativa da demanda.....	8
4.7. Pesquisa de preços.....	9
4.8. Estimativa do custo total da contratação.....	9
4.9. Registro de soluções consideradas inviáveis.....	9
<b>5. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES</b> .....	<b>9</b>
<b>6. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>8. RESULTADOS PRETENDIDOS</b> .....	<b>10</b>
<b>9. PROVIDÊNCIAS DERIVADAS NECESSÁRIAS</b> .....	<b>10</b>
9.1. Adequações do Ambiente.....	10
9.2. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes.....	10
<b>10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS</b> .....	<b>11</b>
<b>11. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>12. APROVAÇÃO E ASSINATURA</b> .....	<b>11</b>

## **INTRODUÇÃO**

Este documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar (ETP), que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica da contratação e quando aplicável, embasar o Termo de Referência (TR), conforme previsão no artigo 18, §1º da Lei 14.133/202.

Ademais, é requisito da Resolução CNJ n.º 468/2022 que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e institui o Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário.

Subsidiariamente, a este documento fundamenta-se nas orientações constantes do Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação V1.0, publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e, no que se aplica, no arcabouço técnico legal acerca das contratações de bens e serviços de Tecnologia da Informação do Poder Executivo.

### **1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A gestão de consignações em folha de pagamento no TRT é atividade importante e complexa que exige controles adequados para garantir a conformidade às normas aplicáveis.

Atualmente, o TRT14 utiliza o software Econsig, originalmente implantado em regime de comodato, sem custos para a administração. Esse modelo de contratação, embora tenha atendido às demandas iniciais, já não é mais adequado diante da necessidade de alinhamento às boas práticas administrativas. Conforme determinação exarada no PROAD 4316/21, é imprescindível a realização de processo licitatório para a seleção e contratação de fornecedor, observando as disposições da Resolução CNJ nº 468/2022 e da Lei de Licitações e Contratos. A nova contratação permitirá estabelecer parâmetros claros de custos, limitar encargos às consignatárias e atender ao art. 20 da Resolução CSJT nº 199/2017, além de possibilitar conformidade com entendimentos de auditoria, a exemplo do Acórdão 260/2020 TCU-Plenário.

Portanto, este estudo tem como objetivo viabilizar a contratação de nova ferramenta de consignação em folha por meio de licitação, com o propósito de atender às exigências legais, garantir maior transparência e eficiência no processo de gestão das consignações em folha de pagamento e assegurar a conformidade com as orientações de auditoria.

## 2. REQUISITOS MÍNIMOS DA SOLUÇÃO

Os requisitos mínimos da solução foram definidos conjuntamente pela equipe de planejamento de contratação. Se desdobram em requisitos especificados pelo negócio (RN), requisitos tecnológicos (RT) e outros requisitos (OR) necessários para viabilizar a solução.

### 2.1. Requisitos de Negócio (RN) identificados

- RN1 - Aprimorar o controle e acompanhamento das consignações em folha de pagamento.
- RN2 - Aderência a exigências legais e de auditoria.
- RN3 - Custos de implementação e manutenção.

### 2.2. Requisitos Tecnológicos

- RT1 - Integração com o sistema de folha de pagamento do Tribunal.
- RT2 - Gestão automática da margem consignável.
- RT3 - Simulação e cálculo de consignações.
- RT4 - Cadastro de entidades (usuários, consignatárias etc).
- RT5 - Relatórios de acompanhamento de operações e auditoria (acessos).
- RT6 - Segurança da informação e proteção de dados.
- RT7 - Mecanismos de controle de acesso e permissões.
- RT8 - Conformidade com LGPD.
- RT9 - Interface responsiva e acessível.

### 2.3. Outros Requisitos (OR)

- OR1 - Suporte técnico.
- OR2 - Documentação do sistema.

## 3. SOLUÇÕES IDENTIFICADAS

Considerando a necessidade de negócio e os requisitos definidos, a equipe de contratação identificou três possíveis soluções que podem, em maior ou menor grau, atendê-la:

#	Solução
1	Desenvolvimento local de sistema para gestão de consignações
2	Software de gestão de consignações em nuvem (tipo SaaS)

#### 4. AVALIAÇÃO DAS SOLUÇÕES

Para avaliar a capacidade de cada solução em atender a necessidade objeto deste estudo ([item 1](#)) e seus requisitos viabilizadores ([item 2](#)), foi elaborado o quadro sintético abaixo, onde as soluções são comparadas em função do cumprimento destes requisitos.

Requisitos		SOLUÇÕES (cenários)		
		Desenvolvimento local de sistema para gestão de consignações	Software de gestão de consignações em nuvem (tipo SaaS)	Gestão manual de consignações
Negócio	RN1 - Aprimorar o controle e acompanhamento das consignações em folha de pagamento.	ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE
	RN2 - Aderência a exigências legais e de auditoria.	ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE
	RN3 - Custos de implementação e manutenção.	ATENDE COM RESSALVA	ATENDE	ATENDE
Tecnol.	RT1 - Integração com o sistema de folha de pagamento do Tribunal.	ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE
	RT2 - Gestão automática da margem consignável.	ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE
	RT3 - Simulação e cálculo de consignações.	ATENDE	ATENDE	ATENDE COM RESSALVA
	RT4 - Cadastro de entidades (usuários, consignatárias etc).	ATENDE	ATENDE	ATENDE
	RT5 - Relatórios de acompanhamento de operações e auditoria (acessos).	ATENDE	ATENDE	N/A
	RT6 - Segurança da informação e proteção de dados.	ATENDE	ATENDE	ATENDE COM RESSALVA
	RT7 - Mecanismos de controle de acesso e permissões.	ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE
	RT8 - Conformidade com LGPD.	ATENDE	ATENDE	ATENDE COM RESSALVA
	RT9 - Interface responsiva e acessível.	ATENDE	ATENDE	NÃO ATENDE
Outros	OR1 - Suporte técnico.	ATENDE COM RESSALVA	ATENDE	N/A
	OR2 - Documentação completa do sistema.	ATENDE	ATENDE	N/A
<b>Resultado</b>		<b>ADEQUADA COM RESSALVAS</b>	<b>ADEQUADA</b>	<b>INADEQUADA</b>

Tabela V: tabela comparativa de soluções

As soluções e sua aderência aos requisitos (tabela acima) são brevemente discutidos a seguir.

#### **4.1. Solução 1: Desenvolvimento local de sistema para gestão de consignações**

Esta solução envolve a criação de um sistema desde o início pela equipe de desenvolvimento da SETIC, especificamente para atender às necessidades do Tribunal. Seus principais pontos positivos são:

- Personalização completa: O sistema é construído de acordo com as especificações exatas do Tribunal, garantindo que todos os requisitos de negócio e tecnológicos sejam atendidos.
- Flexibilidade: Permite futuras adaptações e inclusão de novas funcionalidades com maior facilidade.

Por outro lado, considerando a necessidade de negócio, os requisitos definidos e as demais soluções analisadas neste estudo, esta solução apresenta as seguintes desvantagens (vide tabela V):

- Custos de implementação e manutenção (ATENDE COM RESSALVA): o desenvolvimento local implica custos de implementação e manutenção elevados devido a fatores como alto custo inicial com equipe de desenvolvimento e infraestrutura, tempo de desenvolvimento prolongado, custos contínuos de manutenção corretiva, evolutiva e adaptativa.
- Suporte técnico (ATENDE COM RESSALVA): Embora o desenvolvimento sob medida permita que a equipe interna tenha maior conhecimento sobre o sistema, ele requer a absorção da manutenção e suporte técnico da ferramenta por todo o seu ciclo de vida, o que demandará capacitação e alocação de mão de obra por longo prazo. Para manutenção do sistema, a equipe interna precisaria ser treinada para lidar com eventuais problemas.

#### **4.2. Solução 2: Software de gestão de consignações em nuvem (tipo SaaS)**

Esta solução envolve a aquisição do direito de uso temporário de software pronto, disponibilizado e acessado pela internet como um serviço (*SaaS - Software as a Service*). Essa solução possui as seguintes vantagens principais:

- Rápida implementação: permite que o sistema seja disponibilizado rapidamente, sem a necessidade de instalação e configuração de softwares ou infraestrutura local.
- Custo inicial reduzido: o modelo de assinatura, típico do SaaS, reduz o investimento inicial, pois não há necessidade de compra de licenças de software.

- Atualizações constantes: o fornecedor é responsável por manter o software atualizado, incluindo novas funcionalidades e correções de segurança.
- Acesso facilitado: permite acesso ao sistema de qualquer lugar, bastando possuir conexão à internet e navegador.
- Evita o ônus de suporte/manutenção: a responsabilidade pelo suporte técnico, manutenção e atualizações é do fornecedor, o que reduz a carga sobre a equipe interna do Tribunal.

É importante mencionar que, considerando a natureza da contratação objeto deste estudo (consignações em folha), esta solução não implica em custos para sua viabilização uma vez que o modelo de negócio deste tipo de serviço é baseado na remuneração pela exploração das consignações, ou seja, os custos associados à implementação e operação da solução são cobertos pela comissão sobre as transações realizadas, garantindo que a contratante não precise arcar com despesas extras.

Deste modo, considerando a necessidade de negócio, os requisitos definidos e as demais soluções analisadas neste estudo, esta solução, além de não ter apresentado desvantagens evidentes, demonstrou ser a melhor resposta ao atendimento da necessidade de negócio objeto deste estudo.

#### **4.3. Solução 3: Gestão manual de consignações**

Esta solução envolve a gestão das consignações sem a utilização de um sistema automatizado, ou seja, manualmente, utilizando planilhas e outros documentos físicos ou digitais não integrados.

Tal método não apresenta vantagens para atendimento da necessidade de negócio, notadamente quando se considera o volume de consignações mensais e a maturidade dos processos de trabalho do TRT14. Essa solução apresenta várias desvantagens, tais como:

- Ineficiência e baixa produtividade: A gestão manual é suscetível a erros humanos, retrabalho e demora no processamento das consignações, impactando diretamente na produtividade da equipe responsável. O volume expressivo de consignações torna a gestão manual inviável a longo prazo.
- Dificuldade de controle e acompanhamento: A ausência de um sistema automatizado dificulta o controle da margem consignável, aumentando o risco de inconsistências e erros no processamento das consignações. Acompanhar o status das consignações e gerar relatórios gerenciais também se torna uma tarefa complexa e demorada.

- Riscos de segurança e compliance: A gestão manual aumenta os riscos de fraudes, acessos indevidos e perda de informações, comprometendo a segurança e a conformidade com as normas de proteção de dados.

Por não atender a diversos requisitos e adicionar riscos significativos à operação institucional, a solução é considerada inviável.

#### 4.4. Análise das soluções conforme guia de contratações do CNJ

Requisito	Solução 1: Desenvolvimento local de sistema para gestão de consignações	Solução 2: Software de gestão de consignações em nuvem (tipo SaaS)	Solução 3: Gestão manual de consignações
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	SIM	SIM	NÃO APLICÁVEL
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	NÃO	NÃO	NÃO APLICÁVEL
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL

Tabela IX: análise conforme guia de contratações do CNJ

#### 4.5. Solução de TIC a ser contratada

Considerando a necessidade de negócio, os requisitos definidos e as considerações deste estudo, **a equipe de contratação conclui que a solução 2, Software de gestão de consignações em nuvem (tipo SaaS), representa a melhor solução a ser adotada**, eis que, dentre as soluções consideradas, demonstra ser a que melhor atende a necessidade de negócio institucional.

#### 4.6. Estimativa da demanda

Não se aplica. O modelo de negócio da solução escolhida (vide itens [4.2](#) e [4.5](#)), atenderá integral e gratuitamente qualquer que seja a demanda.

#### 4.7. Pesquisa de preços

Não aplicável. Considerando a natureza do objeto e a solução escolhida, seus custos de implementação serão assumidos pelas CONSIGNATÁRIAS que utilizarem o sistema, não havendo, portanto, impacto financeiro para o CONTRATANTE (TRT14).

#### 4.8. Estimativa do custo total da contratação

Não aplicável, conforme item anterior.

Item	Descrição da Solução	Custo Total estimado
1	Software de gestão de consignações em nuvem (tipo SaaS)	0,00

Tabela XII: estimativa do custo total da contratação

#### 4.9. Registro de soluções consideradas inviáveis

Conforme orientações do Guia de Contratações de TIC, instituído pela Resolução CNJ N.º 468, de julho de 2022, destacamos, no quadro abaixo, as soluções não selecionadas e os motivos que as levaram a ser preteridas em favor da solução escolhida.

#	Solução	Justificativa
1	Solução 1 - Desenvolvimento local de sistema para gestão de consignações	A solução não atendeu a todos os requisitos identificados (vide tabela V)
2	Solução 3 - Gestão manual de consignações	A solução não atendeu a todos os requisitos identificados (vide tabela V)

Tabela X: soluções consideradas inviáveis

### 5. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

A ação de contratação em tela está prevista no Plano de Contratações de TIC 2025, conforme item de investimento 3.2.1 - Software como Serviço (SaaS) para Processamento e Gestão de Consignações em Folha de Pagamento.

### 6. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021, a vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante termo aditivo, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, a critério do CONTRATANTE, observado o interesse público e desde que as condições e os preços continuem sendo vantajosos para a Administração.

## **7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Esta contratação não admitirá parcelamento.

Dada a natureza específica do software como serviço, a equipe de contratação concluiu que uma eventual divisão da aquisição em lotes não seria vantajosa para a Administração. A hipótese de fracionamento por módulos/funcionalidades ou fases de implantação foi considerada, porém descartada por representar redundância e potencial aumento de custos para o Tribunal, sem apresentar benefícios concretos.

## **8. RESULTADOS PRETENDIDOS**

Sendo bem sucedida esta ação de contratação, espera-se obter aprimoramentos na gestão das consignações em folha no TRT14, em especial:

- Melhoria do controle e acompanhamento: Obter maior controle sobre as consignações concedidas, facilitando o acompanhamento da margem consignável e a geração de relatórios gerenciais.
- Integração com sistemas existentes: Integrar a solução de gestão de consignações com a Folha Web e o SIGEP, eliminando a redundância de dados e garantindo a consistência das informações entre os sistemas.
- Maior agilidade no atendimento aos usuários: Fornecer informações precisas e atualizadas sobre as consignações aos servidores, magistrados, pensionistas e aposentados, agilizando o atendimento e melhorando a satisfação dos usuários.
- Conformidade com a legislação: Atender aos requisitos normativos e recomendações de auditoria, garantindo a legalidade e a segurança das operações.

## **9. PROVIDÊNCIAS DERIVADAS NECESSÁRIAS**

### **9.1. Adequações do Ambiente**

A solução escolhida não demanda adequações do ambiente para ser adequadamente implantada e utilizada.

### **9.2. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

A solução escolhida não demanda a realização de outras ações de aquisição.

## 10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Considerando o objeto desta contratação e as diretrizes constantes no [Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 3ª edição...](#)

## 11. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista a necessidade apresentada, a equipe de planejamento da contratação empreendeu os esforços necessários para realizar os procedimentos inerentes ao Estudo Técnico Preliminar e, a partir dos resultados obtidos, tornar possível a tomada de decisão mais adequada quanto à solução pretendida.

À luz do exposto e tendo em vista as diversas atividades realizadas, entre elas o levantamento de requisitos de negócio e técnicos, de soluções disponíveis no mercado, de preços e a respectiva estimativa preliminar de preço e de análise e tratamento de riscos, não foi encontrado óbice à aquisição da respectiva solução.

Por todo o exposto e considerando que este processo de aquisição está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto, atendendo adequadamente às demandas de negócio formuladas, como também aos benefícios pretendidos, recomenda-se a aquisição da solução indicada.

## 12. APROVAÇÃO E ASSINATURA

A construção deste ETP seguiu as orientações e determinações exaradas no Guia de Contratações de STIC, instituído pela Resolução 468 de 2022/CNJ e apresenta a Equipe de Planejamento da Contratação, conforme Portaria GP TRT14 N° 1036/2024.

Nome	Setor	e-mail	Papel
Frank Luz de Freitas	SGEP	frank.luz@trt14.jus.br	Integrante Demandante
Fernanda Ketlyn S. Bezerra	CLC	fernanda.bezerra@trt14.jus.br	Integrante Administrativo
Ricardo Silva Coelho	SETIC	ricardo.silva@trt14.jus.br	Integrante Técnico
Samuel N. dos Santos Júnior	SETIC	samuel.junior@trt14.jus.br	Integrante Técnico
Vinicius Vieira Marques	SETIC	vinicius.vieira@trt14.jus.br	Integrante Técnico

Tabela XIII: equipe de planejamento da contratação

Porto Velho, 02 de dezembro de 2024.